



O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL APÓS O PLANO REAL

Márcia Regina Weise*

RESUMO

O crescimento da economia nacional está relacionado com o conteúdo tecnológico da sua produção. Quanto maior a tecnologia empregada, maior o valor agregado do bem produzido e, conseqüentemente, maior é a competitividade da indústria. O resultado disso reflete-se numa melhoria dos termos de troca, que certamente criarão condições de crescimento auto-sustentado para a economia. Sendo o setor de bens de capital um setor de grande importância para a indústria, por seu caráter de intenso emprego de tecnologia, o presente artigo avalia o seu desempenho através do comportamento da produção industrial, procurando evidenciar a reação da demanda doméstica diante da abertura ao mercado externo, analisando as importações.

Palavras-chave: investimento direto estrangeiro, crescimento auto-sustentado, tecnologia, importação, produção industrial.

ABSTRACT

The National Economy growth is related to the technological contents used when producing goods and services. The more industries invest in technology, the bigger will be the aggregated value of the goods and services produced, thus they will be more competitive. This increase in the competition conditions will be reflected through changes, that certainly create self-sustainable conditions for economic growth. As far as the capital goods sector is very important to industries, due to the intense use of technology, this article will examine this sector performance through the industrial production behavior, trying to demonstrate the relation between domestic demand and external market, as well as analyzing imports.

Key words: foreign direct investment, self-sustainable growth, technology, imports, industrial production.

*Bacharel em Ciências Econômicas, Mestranda em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Gerente Administrativo do Espaço Socipar. E-mail: marcia@socipar.com.br

INTRODUÇÃO

A indústria de bens de capital tem uma característica predominante, que é a difusão de novas tecnologias. Como a questão da produtividade da mão-de-obra está diretamente ligada ao nível de tecnologia das máquinas, torna-se uma questão crucial para a competitividade da economia como um todo o investimento no setor de bens de capital. Dada a relativa importância deste setor para a indústria nacional, o presente artigo tem o objetivo de analisar o comportamento da produção doméstica no período de 1995-1999, bem como o comportamento das importações no mesmo período, procurando evidenciar o desempenho deste setor diante do processo de estabilização econômica, sobrevalorização cambial e aumento do investimento direto estrangeiro.

O modelo de substituição de importações norteou o desenvolvimento do setor de bens de capital até o final da década de 80, sendo que nessa fase ocorreu crescimento significativo de setores como energia e bens de capital pesados. Ainda nesse período, o protecionismo à indústria nacional, aliado às restrições impostas às importações, funcionou como entrave ao crescimento da indústria e à absorção de inovações tecnológicas. O caráter das importações no período pré-abertura econômica era de complementaridade à produção doméstica, não sendo registrado, portanto, nenhum significativo crescimento do *quantum* importado sem o correspondente aumento na produção doméstica. A indústria concentrou-se na produção de bens com menor conteúdo tecnológico, importando bens com maior sofisticação, fazendo com que a economia perdesse em termos de competitividade. A atitude de proteção por parte do governo à indústria doméstica resultou em comodismo por parte dos empresários, que, contando com a referida proteção, não tinham a preocupação em produzir com maior eficiência a fim de ampliar sua margem de lucro, pois praticamente dominavam o mercado nacional, sem a concorrência de empresas estrangeiras mais eficientes, o que certamente resultou em uma deterioração do parque industrial nacional, além do já citado atraso tecnológico.

Com a abertura da economia no início da década de 90 a indústria nacional depara-se com uma nova realidade, em que passaram a imperar a competitividade e a eficiência, diretamente ligadas a escalas de produção, redução de custos e maior qualidade. Devido à facilidade no acesso a produtos importados, a preços mais baixos e de qualidade superior, várias empresas de capital nacional não resistiram à forte pressão concorrencial e sucumbiram. Devido à falta de competitividade dos produtos da indústria nacional, a demanda interna foi redirecionada para o mercado externo, com o câmbio sobrevalorizado e facilidades no acesso a fontes de financiamento no exterior. O resultado disso foram sucessivos acréscimos de importações, provocando acentuados déficits comerciais.

Segundo o estudo de ANDERSON e RESENDE (1999, p.19), o coeficiente de importações apresentava um determinado comportamento que não permitia grandes flutuações durante o período de substituição de importações, sendo essa flutuação comparada a um sistema de *bandas*, inferior e superior, não possibilitando grandes descolamentos em relação à produção doméstica de bens de capital. Esses autores constatam ainda que a partir do início da década de 90, em face do esgotamento do modelo de substituição de importações, ocorre uma ruptura no padrão de crescimento das importações destinadas à indústria de bens de capital:

As importações dessa categoria de bens aparentemente perderam sua característica de complementaridade e de alavanca da produção doméstica, embora continuassem a exercer papel crucial nos ganhos de produtividade da indústria nacional e nos estímulos ao incremento das taxas de inversão. (p.20).

Dentre os fatores que provocaram essa ruptura no padrão de crescimento das importações, o investimento direto estrangeiro tem papel importante, seja através do programa de privatizações, fusões e aquisições ou ainda pelo ingresso de empresas estrangeiras na economia nacional.

1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

O período que antecedeu a abertura da economia brasileira ficou conhecido como um período de grande instabilidade macroeconômica, provocando desconfiança por parte dos agentes econômicos nos âmbitos nacional e internacional. Dessa forma, os investimentos provenientes do exterior não ganhavam expressão e o capital que ingressava no país era escasso e de caráter especulativo. O investimento direto estrangeiro começa a tomar maior impulso a partir do Plano Real, sendo que o ingresso das empresas dá-se principalmente pela maior credibilidade conquistada pela economia brasileira nos mercados internacionais, graças à estabilização econômica.

Os investimentos estrangeiros tiveram importância na modernização de empresas nacionais, através de fusões e aquisições. O estudo de LAPLANE e SARTI (1999, p.14) demonstra que os investimentos estrangeiros privilegiaram o setor de serviços, sendo que, em 1997, 83,7% dos investimentos estrangeiros destinaram-se a este setor contra apenas 13,3% destinados à indústria.

As privatizações foram responsáveis por considerável volume de entrada de capitais externos, sendo significativos esses investimentos em termos de infra-estrutura, com a privatização de empresas como Telebrás, Comgás, RFFSA, Fepasa, Eletropaulo e CESP, entre outras. BARROS e GOLDENSTEIN (1997, p.28) dão uma idéia da importância do ingresso de capital externo à economia:

(...) Finalmente as privatizações, além de contribuírem para o processo de aumento geral da eficiência da economia, sinalizam novas possibilidades de investimento e atraem capitais, tanto estrangeiros como diferentes capitais nacionais, que há pouco limitavam-se a girar na órbita especulativa. Tem início a partir daí um enorme conjunto de novos arranjos financeiros idealizados para permitir a participação conjunta de diferentes grupos de capitais na miríade de novas oportunidades de investimento que começam a surgir.

Os investimentos estrangeiros na economia podem funcionar como uma injeção de competitividade para as empresas, encorajando maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de priorizar o treinamento e qualificação dos recursos humanos. Ao mesmo tempo, a transferência de tecnologia por parte das empresas estrangeiras pode

trazer maior modernidade à produção, o que ainda não ocorreu de forma efetiva para a indústria nacional. Para CASTRO e TEIXEIRA (1999, p.180), os benefícios do investimento direto estrangeiro só podem ser melhor aproveitados se existir um mínimo de tecnologia e capital humano já disponíveis na economia nacional. Sem a referida transferência tecnológica, a indústria acaba ficando à margem do desenvolvimento e das inovações em processo no exterior, o que diminui a competitividade da indústria nacional pela falta de recursos para produzir bens com maior valor agregado. Ao invés de transferir tecnologia, as empresas estrangeiras, ao se instalarem no país, importam insumos e outros produtos dos países de origem, não permitindo a formação de uma cadeia produtiva com aproveitamento da indústria nacional.

2 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A abertura da economia privilegiou as empresas “enxutas” e competitivas. O setor industrial reagiu de forma a promover uma desverticalização da produção, visando obter maior especialização, ampliando sua lucratividade e a competitividade dos bens produzidos. Essa atitude estratégica permitiu um aumento na demanda por peças e componentes importados, tendo esse deslocamento de demanda para o exterior se refletido na indústria de bens de capital, que passou a trabalhar com capacidade ociosa.

Observa-se, na tabela 1, que a partir de 1994 ocorrem decréscimos sucessivos na produção de bens de capital. O grau de desenvolvimento desse setor tem deixado a desejar no mercado nacional e encontra-se muito aquém do exigido pelo mercado internacional em termos de inovações e tecnologia. Sem a necessária transferência tecnológica das empresas estrangeiras essa indústria vem perdendo *market share*, enquanto outras, como a de bens de consumo duráveis, despontam com acréscimos significativos na produção nacional. Um importante passo para o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis, sem dúvida, foi a implantação do Regime Automotivo, que atraiu um volume expressivo de investimentos para este setor.

Verifica-se a partir de 1998 uma arrancada da indústria de bens de capital, demonstrando que, apesar de forma tardia, o BNDES injetou maiores recursos na economia, oferecendo financiamentos

TABELA 1 - INDÍCES MENSIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - MÉDIA SEMESTRAL - 1994-2000

ANO/SEMESTRE	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO		INDÚSTRIA GERAL
			Duráveis	Não duráveis	
1994					
1.º semestre	112,32	106,37	125,97	101,09	107,48
2.º semestre	130,68	113,29	134,43	108,00	115,64
1995					
1.º semestre	137,96	113,23	150,10	110,44	117,75
2.º semestre	106,26	107,16	146,95	108,16	109,95
1996					
1.º semestre	102,23	109,27	154,12	111,25	111,77
2.º semestre	106,10	116,06	173,67	113,66	118,14
1997					
1.º semestre	106,64	117,95	177,94	114,30	119,58
2.º semestre	112,13	118,48	162,71	112,41	120,07
1998					
1.º semestre	112,10	118,03	144,49	112,56	118,77
2.º semestre	102,93	116,74	129,50	111,78	116,07
1999					
1.º semestre	97,41	117,33	118,52	111,30	115,01
2.º semestre	98,72	121,88	129,73	110,21	118,28
2000					
1.º semestre	104,67	125,88	144,14	109,97	122,17

FONTE: IBGE - <http://www.ibge.gov.br/estatistica/indicadores/industria>

NOTA: Base fixa: 1991= 100

mais atraentes ao setor.¹ A indústria procurava se recuperar apesar das dificuldades, porém a crise brasileira em 1999, com o ajuste cambial, criou novamente um ambiente de desconfiança por parte dos investidores internacionais com relação às economias emergentes, assim como o ocorrido nas crises russa (1998) e asiática (1997). Para manter a credibilidade e restaurar a confiança na manutenção da estabilidade econômica, o governo optou pelas altas taxas de juros. O resultado dessa política para a indústria foi a redução no investimento, como pode ser observado na tabela 1, com quedas na produção registradas no segundo semestre de 1998 e no ano de 1999.

2.1 Barreiras ao Crescimento da Indústria Nacional

As dificuldades de desenvolvimento por parte da indústria nacional incluem, além da manutenção de altas taxas de juros, as quais inviabilizam incrementos nas taxas de investimento, a sobrevalorização cambial, a falta de estímulo governamental através de uma política industrial e entraves no acesso a fontes de financiamento.

Taxas de Juros - O governo conseguiu manter a estabilização monetária, com uma política econômica que constantemente elevava as taxas de juros, penalizando setores que carecem de investimentos,

¹O ano de 1998 teve o maior desembolso já registrado pelo BNDES, a saber, R\$ 23,7 bilhões.

como o setor de bens de capital. Enquanto o governo preocupava-se em elevar os juros e acumular reservas para fazer frente a ataques especulativos contra o Real, que tanto “assombravam” a equipe econômica, o estado da produção industrial distanciava-se cada vez mais da competitividade das indústrias das economias de centro. A reação por parte de algumas indústrias diante da concorrência dos produtos importados foi levantar recursos no mercado externo ou entrar em processo de fusão com empresas estrangeiras.

Política Governamental - A abertura da economia nacional não aconteceu de forma gradativa, procurando preservar alguns setores que ainda não se encontravam preparados para concorrer com o mercado externo. Com o Plano Real essa situação não se reverteu, em razão da política cambial adotada pelo governo, que inviabilizou o crescimento e o desenvolvimento da indústria.

3 IMPORTAÇÕES

A abertura comercial da economia brasileira teve reflexos sobre as importações. Além de sucessivos acréscimos na quantidade de produtos importados, as importações deixaram de ter a conotação de compras de produtos sem similares nacionais, como ocorria na fase de proteção da indústria nacional. Os produtos passaram a ingressar na economia com o objetivo de complementar e substituir produtos antes fabricados internamente. Conseqüentemente, a indústria nacional apresentou decréscimo na produção, principalmente a indústria de bens de capital, sem dúvida a mais atingida. Algumas indústrias ainda conseguem sobressair, produzindo para o mercado interno e procurando atingir mercados estrangeiros, como a indústria de manufaturados e a indústria automobilística.

TABELA 2 - COMPORTAMENTO DAS IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO, NO BRASIL -1995-1999

DISCRIMINAÇÃO	(US\$ milhões)									
	1995		1996		1997		1998		1999	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Matérias-primas	22.382	44,79	24.646	46,24	27.603	44,99	26.817	46,46	24.090	48,94
Combustíveis e lubrificantes	5.217	10,44	6.228	11,68	5.835	9,51	4.107	7,12	4.257	8,65
Bens de Consumo	10.927	21,87	9.721	18,24	11.242	18,32	10.711	18,56	7.356	14,95
Duráveis	6.095	12,20	4.569	8,57	5.699	9,29	5.241	9,08	3.182	6,46
Não-duráveis	4.832	9,67	5.152	9,67	5.543	9,03	5.470	9,48	4.174	8,48
Bens de Capital	11.446	22,90	12.706	23,84	16.678	27,18	16.084	27,86	13.517	27,46
TOTAL	49.972	100,00	53.301	100,00	61.358	100,00	57.719	100,00	49.220	100

FONTES: Banco Central - Relatório Anual; IPEA - <http://www.ipeadata.gov.br>

Câmbio - Pode-se dizer que a tônica do Plano Real constituiu-se na manutenção de um câmbio sobrevalorizado. Até fins de 1998, com a queda do então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, a economia nacional sofreu com perdas de competitividade dos seus produtos no mercado internacional. A indústria nacional também teve perdas no mercado doméstico em face da concorrência dos produtos importados, com qualidade superior e preços mais acessíveis. No mercado internacional, as exportações sofriam sucessivas reduções por apresentarem preços elevados.

Em 1995, houve mudança na composição das importações, em que os bens de consumo aumentaram sua participação para 21,87%, contra os 15,5% registrados no ano anterior. Analisando o comportamento dos grupos da pauta de importações, observa-se aumento considerável na importação dos bens de consumo não-duráveis, com taxa de crescimento de 100% em relação a 1994. Já as categorias de matérias-primas e produtos intermediários apresentaram alta de 43,48% em relação a 1994, com destaque para as importações de plásticos, embalagens, papel, papelão e insumos

para o setor têxtil. O comportamento ascendente do grupo de bens de consumo duráveis, com taxa de crescimento de 94,73% em relação a 1994, refletiu a maior demanda por automóveis no mercado interno. Já os bens de capital mantiveram sua participação na casa dos 20%, sendo sua taxa de crescimento bastante significativa, com acréscimo de 51,08% em relação ao ano de 1994. Esse acréscimo pode ter significado uma maior preocupação por parte das empresas que procuraram modernizar-se através de uma maior demanda por máquinas e equipamentos, assim como produtos da área de informática e comunicações, visando à melhoria em termos de competitividade.

A importação de bens de capital em 1996 continuou com trajetória ascendente: sua posição na pauta de importações subiu de 22,9%, em 1995, para 23,9% em 1996. Esse incremento foi possível graças ao crédito facilitado para importações, objetivando-se promover uma maior modernização do parque industrial. Observou-se redução na importação dos bens de consumo duráveis, o que se atribui ao aumento da alíquota do imposto de importação, associado a um aumento nas taxas de juros, que levou à queda das importações de automóveis e ao desaquecimento da demanda interna.

Em 1997 as importações sofreram uma desaceleração, pela adoção de medidas por parte do governo para reduzir as distorções nas estruturas tributária e financeira, que acabavam favorecendo os produtos estrangeiros. Assim, as importações nesse ano continuaram a ser alavancadas pelo setor de bens de capital (com crescimento de 31,26% em relação a 1996), revelando a possibilidade de modernização do parque produtivo, que pode ter resultado em uma ampliação da capacidade produtiva das empresas, intensificadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). A grande parte das máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos importados destinou-se ao setor de telefonia e à indústria de telecomunicações. O setor de bens de consumo apresentou considerável crescimento, permanecendo na casa dos 18% na pauta de importações. Destacam-se os bens de consumo duráveis, com aumento na compra de veículos automotores, tratores ciclos e suas partes e acessórios, registrando alta de 35,7%, com destaque para os automóveis de passeio, que neste ano tiveram

suas importações aumentadas em 57%. As causas de tais incrementos deveram-se principalmente ao aumento da demanda interna, às facilidades alcançadas com a implantação do regime automotivo, além do programa de redução gradativa das tarifas, por meio de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

O ano de 1998 foi marcado como um período de grande retração do comércio mundial. De forma generalizada, todos os itens da pauta de importações sofreram queda, pela perda de dinamismo da economia mundial, causada pelas crises asiática e russa, que atingiram vários países com um efeito “dominó”. Apesar da retração do comércio, não houve redução na importação de bens de capital, e sim uma pequena alta (de 27,18%, em 1997, passou a 27,86% em 1998).

No ano de 1999 surge a crise brasileira, com o ajuste cambial. Dessa forma, as importações tiveram importantes reduções, sendo que o setor de bens de capital manteve sua posição na pauta (na casa de 27%, como no ano anterior). A redução ficou por conta dos bens de consumo duráveis, que diminuíram sua participação na pauta (de 9,08%, em 1998, para 6,46% em 1999).

4 PERSPECTIVAS PARA O SETOR

Segundo RODRIGUES (2000, p.132), os ingressos de investimento estrangeiro direto após as crises russa, asiática e a brasileira, no início de 1999, restringiram-se àqueles destinados a serviços públicos recém-privatizados, dentre os quais destaca-se o setor de telecomunicações. Sob o ponto de vista das fontes de financiamento, a indústria pode ter condições de receber maiores investimentos, já que o BNDES tem disponibilizado volume considerável de recursos. Esses investimentos alavancam desembolsos também no setor privado, pois o BNDES financia apenas 50% do total do investimento.

A desvalorização da taxa de câmbio pode trazer alterações na produção de bens de capital. Há perspectivas de que se reduza o processo de substituição doméstica por importações verificado na década de 90. Todavia, existe um risco em se redirecionar a demanda por bens de capital para o mercado doméstico, principalmente pela falta de progresso técnico da indústria nacional, ou seja, os

ganhos de produtividade podem ficar comprometidos. Um outro aspecto no redirecionamento da demanda diz respeito à restrição de divisas externas. Em períodos de elevada restrição de divisas, devido à dificuldade no acesso a produtos no mercado externo, a capacidade de resposta a um aumento de investimentos tem grande importância para o desempenho da indústria nacional. (ANDERSON e RESENDE, 1999, p.47).

Vale ressaltar que um setor de bens de capital sob encomenda capaz de alavancar investimentos significativos para o setor é a indústria fornecedora ao setor de petróleo. Não estão previstos, no entanto, grandes investimentos nos segmentos de perfuração, completação e produção, para que se possa esperar por reflexos importantes na indústria de bens de capital. Contudo, existe uma programação de produtos financeiros pelo sistema BNDES, o que pode significar um aumento dos investimentos por parte da Petrobrás, mas para isso faz-se necessário que esta tenha equacionado o seu acesso ao crédito interno, além de se promover uma reestruturação da capacidade produtiva da indústria naval. (MELO e SANTOS, 1999, p.4).

CONCLUSÃO

Os obstáculos em termos de competitividade impostos à indústria brasileira foram construídos durante anos de proteção à economia nacional no período pré-abertura econômica. Com a abertura do mercado nacional às demais economias, a indústria não possuía maturidade e desenvolvimento suficientes para competir, e muitas empresas de capital nacional não resistiram à concorrência de produtos importados, com maior qualidade e preços baixos. Há que se considerar também o importante papel do investimento direto estrangeiro, que permitiu um descolamento entre o crescimento das importações e a produção doméstica. O crescimento das privatizações, fusões e aquisições também contribuiu para um aumento na injeção de capitais externos e, em conjunto, para a elevação do *quantum* importado.

Com o volume de capital ingresso na economia, esperava-se que o setor industrial fosse beneficiado através de transferências tecnológicas por parte das

empresas de capital estrangeiro. Mas em realidade essas empresas passaram a importar dos países de origem, com facilidades de financiamento, o que revela a estratégia de algumas empresas em não transferir setores de tecnologia de ponta, mas somente processos e técnicas de produção já em estado de maturação, ao mesmo tempo aproveitando o acesso à matéria-prima e mão-de-obra a custos mais baixos.

O câmbio sobrevalorizado favoreceu as importações, resultando em perdas de mercado para a indústria nacional de bens de capital, que passou a trabalhar com capacidade ociosa. A mudança na política cambial em 1999 parece estar dando sinais de que em breve as importações irão se estabilizar em um patamar diferente e abaixo daquele observado nos períodos de apreciação do câmbio. Isso não representa um alento à indústria de bens de capital, principalmente pela manutenção na participação da importação desses bens na pauta de importações (na casa dos 27% desde 1997). Porém, esse pode ser um ponto de partida para o crescimento do setor, desde que devidamente apoiado por financiamentos que permitam uma efetiva retomada dos investimentos. As taxas de juros, que têm apresentado trajetória declinante, poderão ser um fator de estímulo à injeção de recursos nesse setor.

Um outro fator importante é a atitude pró-ativa por parte do governo no sentido de promover uma política industrial que privilegie um setor de importância estratégica como é o setor de bens de capital. Esta política pode estar baseada na já citada questão dos financiamentos, no que diz respeito a concessões de créditos especiais para investimentos neste setor, assim como subsídios e incentivos fiscais.

As importações de bens de capital devem estar direcionadas a bens que possam trazer crescimento e enriquecimento em termos de inovações tecnológicas ao parque industrial instalado, e não somente promover a substituição da produção interna por importações, conforme vem ocorrendo. Futuramente essa atitude poderá significar ganhos de produtividade e competitividade tanto para as indústrias, no aspecto microeconômico, quanto para a economia nacional, ao trazer melhorias nos termos de troca, que poderão sinalizar possibilidades de retomada do crescimento auto-sustentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Patrícia; RESENDE, Marco Flávio C. **Mudanças estruturais na indústria brasileira de bens de capital**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/tda1999a.htm>>. Acesso em: ago. 2000.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; GOLDENSTEIN, Lídia. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**. São Paulo, n. 2, v. 17, abr./jun.1997.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual**. Brasília, 1998.
- CASTRO, Eduardo de Andrade; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. Investimento direto estrangeiro, transferência tecnológica e extensões do modelo norte-sul de Wang. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.53, n. 2, p.167-180, abr./jun.1999.
- LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. **Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90**. (Textos para Discussão, n. 629). Rio de Janeiro : IPEA, fev. 1999. p.7-45.
- MELO, Mario G. de; SANTOS, Ângela Maria M. M. **Perspectivas da indústria fornecedora do setor de petróleo**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/publica/informe.htm>>. Acesso em: ago 2000.
- RODRIGUES, Denise Andrade. **Os investimentos no Brasil nos anos 90** : cenário setorial e regional. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/publica/revista.htm>> Acesso em: ago 2000.